

Lei orçamentária limita os gastos de Sarney e a emissão de títulos

O Congresso aprovou, no início da noite de ontem, substitutivo do relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Serra (PSDB-SP), ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias para o ano de 1990. A lei fixa os parâmetros dos orçamentos fiscal, de seguridade e de investimentos das estatais e, segundo o relator, "criará condições para que o País seja governado na pior crise que passa", uma vez que impede que hajam despesas sem a correspondente receita.

De acordo com o projeto de lei, que agora vai a sanção presidencial, o Governo Federal está impedido de contrair dívidas além de 15 de março do próximo ano e limita em um sétimo do orçamento os gastos que podem ser efetuados pelo presidente José Sarney.

"LIMITAÇÕES"

Considerado pelo deputado José Serra como um "cinto de castidade"

imposto ao Governo, o projeto limita a emissão de títulos para a rolagem da dívida interna. Ou seja, impede que os títulos financiem despesas não financeiras exceto 10 por cento para cobrir investimentos prioritários. Impõe também que o Governo evite um projeto cortando 50 por cento dos incentivos fiscais, exceto os da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que atingem 20 por cento do total. Este corte significa 40 por cento do que é concedido hoje.

O uso de carros oficiais fica restrito apenas ao presidente da República, ministro de Estado, presidentes do Congresso e da Câmara dos Deputados e ministros de tribunais superiores. As despesas de manutenção dos imóveis funcionais ficam a cargo do ocupante e proíbe o governo de comprar mais imóveis funcionais.

Com vistas a enxugar as despesas

do Governo, o projeto elimina as subvenções oficiais para clubes de funcionários como o do Congresso e Forças Armadas.

CARGOS

Com relação ao funcionalismo público, extingue 80 por cento dos cargos públicos não preenchidos em 1º de janeiro de 1990 e das vagas que abrirem em 1990 cerca de 60 mil não poderão ser preenchidas mais de 50 por cento. São cortados 50 por cento dos gastos com publicidade, 10 por cento dos gastos com viagens e 20 por cento dos gastos com consultoria.

O deputado Francisco Dornelles considerou "um grande avanço, o fato da LDO exigir a unificação dos orçamentos fiscal, das estatais e da Previdência. "Desta maneira, através do Congresso Nacional, a sociedade brasileira poderá verdadeiramente controlar a maneira com que os dinheiros públicos são gastos.